



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

THUANI QUEIROZ GOMES

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR.

João Pessoa - PB
2025

THUANI QUEIROZ GOMES

A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador: Professor Doutor, Vanderlan Paulo de Oliveira
Pereira.

João Pessoa - PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633e Gomes, Thuani Queiroz.

A evasão escolar na educação de jovens e adultos:
desafios e políticas públicas para a permanência
escolar / Thuani Queiroz Gomes. - João Pessoa, 2025.
41 f. : il.

Orientação: Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira.
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Evasão escolar.
3. Políticas públicas. I. Pereira, Vanderlan Paulo de
Oliveira. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7(043.2)

THUANI QUEIROZ GOMES

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para o título de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus de João Pessoa.

Aprovado em: 30/09/2025

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
VANDERLAN PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA
Data: 14/10/2025 08:43:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof Dr Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira - DME

(Orientador)

Prof Dr José Vaz de Magalhães Neto – UFPB – DME

Examinador 1

Profª Drª Maria Lígia Isídio Alves – UFPB – DME

Examinador 2

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso representa muito mais do que o encerramento de uma etapa acadêmica, essa é a materialização de uma jornada marcada por desafios, descobertas e profundas transformações pessoais. Por isso, registro aqui, com sincera gratidão, meu reconhecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram para essa conquista.

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, sabedoria e serenidade nos momentos em que o caminho se mostrou incerto. Sua presença foi indispensável nos dias difíceis. Toda honra e glória seja dada a ti!

À minha família, meu alicerce, pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo e pela compreensão diante das ausências e renúncias que este processo exigiu. Em especial, à minha mãe, minha maior incentivadora; ao meu irmão mais novo, meu escritor favorito; à minha prima-irmã, Thainara; e à minha avó Lourdes (in memoriam), meu grande amor. Obrigada por sempre acreditarem no poder transformador da educação.

Ao meu orientador, professor doutor Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira, pela escuta generosa, pelas orientações precisas e pela confiança depositada em meu trabalho. Sua dedicação foi fundamental para que este projeto ganhasse forma, consistência e profundidade.

Aos professores do curso de Pedagogia, que ao longo da graduação compartilharam não apenas saberes, mas também valores que levarei comigo por toda a vida. Cada aula foi uma semente lançada em minha formação.

Aos amigos, pelas palavras de acolhimento, incentivo e presença nos momentos em que mais precisei.

Por fim, expresso minha profunda gratidão aos educadores e educandos da Educação de Jovens e Adultos, verdadeiros protagonistas de uma história marcada pela coragem, pela resistência e pela esperança. Suas trajetórias, muitas vezes invisibilizadas, revelam a potência transformadora da educação como instrumento de liberdade e reconstrução de sonhos. Que a Educação de Jovens e Adultos continue sendo espaço de acolhimento, escuta e valorização dos saberes populares.

RESUMO

O trabalho intitulado “**A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: desafios e políticas públicas para a permanência escolar**” tem como objetivo central analisar os fatores que contribuem para o abandono escolar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como discutir estratégias e políticas públicas voltadas à permanência dos estudantes.

A pesquisa parte de um resgate histórico da EJA no Brasil, evidenciando seu papel como instrumento de inclusão social e cidadania, especialmente para populações historicamente excluídas do sistema educacional, como mulheres, trabalhadores, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade. A autora destaca que a evasão escolar na EJA é um fenômeno multifatorial, influenciado por aspectos socioeconômicos, pedagógicos, estruturais e pessoais.

O trabalho também enfatiza a importância de práticas pedagógicas humanizadas, inspiradas na pedagogia crítica de Paulo Freire, que valorizem os saberes populares e promovam o protagonismo dos educandos. A autora propõe ações intersetoriais como forma de enfrentar a evasão, incluindo políticas de assistência social, segurança pública, transporte, alimentação escolar e formação continuada de professores.

A metodologia adotada é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise documental, utilizando dados do IBGE, INEP e obras de autores como Freire, Arroyo, Gadotti, Jardimino e Leôncio Soares.

Conclui-se que a EJA deve ser reconhecida como espaço legítimo de reconstrução de trajetórias e promoção da justiça social. Para isso, é necessário o engajamento coletivo de governos, instituições e sociedade civil na construção de políticas públicas duradouras, inclusivas e sensíveis às especificidades dos educandos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Evasão Escolar; Políticas Públicas; Permanência; Justiça Social.

ABSTRACT

The study entitled “School dropout in Youth and Adult Education: challenges and public policies for school retention” aims to analyze the factors that contribute to school dropout in the Youth and Adult Education (YAE) modality, as well as to discuss strategies and public policies aimed at ensuring student retention.

The research begins with a historical overview of YAE in Brazil, highlighting its role as a tool for social inclusion and citizenship, especially for populations historically excluded from the educational system, such as women, workers, the elderly, and individuals in vulnerable situations. The author emphasizes that school dropout in YAE is a multifactorial phenomenon, influenced by socioeconomic, pedagogical, structural, and personal aspects.

The study also underscores the importance of humanized pedagogical practices inspired by Paulo Freire’s critical pedagogy, which value popular knowledge and promote student protagonism. The author proposes intersectoral actions to address dropout, including policies for social assistance, public safety, transportation, school meals, and continuing teacher education.

The methodology adopted is qualitative, based on bibliographic research and document analysis, using data from IBGE, INEP, and works by authors such as Freire, Arroyo, Gadotti, Jardimino, and Leôncio Soares.

It is concluded that YAE must be recognized as a legitimate space for rebuilding life trajectories and promoting social justice. To achieve this, collective engagement from governments, institutions, and civil society is essential in developing lasting, inclusive public policies that are sensitive to the specific needs of YAE students.

Keywords: Youth and Adult Education; School Dropout; Public Policies; Retention; Social Justice.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes da EJA.....	13
Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo no Brasil (2019-2023).....	16
Gráfico 3 – Problemas relatados pelas escolas de EJA (2023)	30
Gráfico 4 – Taxa de evasão na EJA por região (2023)	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil por faixa etária (2023).....	32
Tabela 2 – Taxa de evasão escolar na EJA por região do Brasil (2023)	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

ALFASOL - Alfabetização Solidária

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA.....	13
1.2 OBJETIVO GERAL	16
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	16
2.1 Caminhos da educação popular	18
2.2 A força da EJA no Nordeste brasileiro	21
2.3 EJA e política internacional: as CONFINTEAS	22
2.4 A evasão escolar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos	24
3. A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E O PERFIL DA MULHER NA EJA 26	
3.1 A presença da mulher na EJA	28
3.2 Desafios e possibilidades	29
4. Violência urbana, desigualdade social e políticas públicas na EJA	30
4.1 Políticas públicas	33
Tabela 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil por faixa etária (2023)	33
4.2 Intersetorialidade e cidadania	34
5 METODOLOGIA.....	36
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
Tabela 2 – Taxa de evasão escolar na EJA por região do Brasil (2023)	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma alternativa educacional pensada para enfrentar as desigualdades construídas ao longo da história do Brasil, especialmente aquelas que deixaram parcelas significativas da população à margem da escolarização formal desde os tempos coloniais. Durante muitos anos, a escolarização foi restrita a uma pequena parcela da população, os mais abastados, enquanto grande parte dos trabalhadores, mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade social não tiveram acesso à educação formal. Nesse contexto, a EJA surge como uma oportunidade de reinserção escolar e de transformação social, permitindo que jovens e adultos retomem seus estudos e exerçam o direito à cidadania.

Mesmo após tantos anos e programas de incentivos, a evasão escolar, continua sendo um dos maiores desafios dessa modalidade. De acordo com estudos como os de Miguel Arroyo (2017), em *Passageiros da Noite*, a trajetória dos estudantes da EJA é marcada por dificuldades sociais, econômicas e culturais. Muitos alunos enfrentam grandes jornadas de trabalho, responsabilidades familiares e situações de violência urbana, o que contribui para o abandono dos estudos. Assim, entender as causas da evasão escolar é fundamental para a elaboração de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso desses estudantes.

A oferta da EJA no turno da noite revela as múltiplas jornadas enfrentadas pelos estudantes, que após um dia inteiro de trabalho, muitas vezes exaustivo, ainda se dirigem à escola, lidando com o cansaço físico e mental, o que compromete seu engajamento e rendimento. Esse processo gera um questionamento relevante: **na EJA há estudantes que trabalham ou trabalhadores que estudam?** A resposta a essa pergunta revela que a Educação de Jovens e Adultos não é apenas um espaço de ensino, mas também de acolhimento e de reconhecimento das identidades e experiências dos sujeitos.

Nesse cenário, autores como Jardimilino (2013) e Paulo Freire (1987) destacam que a EJA deve se pautar em práticas pedagógicas que valorizem os saberes populares e promovam a inclusão, uma que não seja excludente.

Outra perspectiva importante é o papel da mulher na EJA. A maior parcela das alunas da EJA são mães, esposas e trabalhadoras que retornam aos estudos em busca de um futuro melhor para si e para suas famílias. Apesar disso, a sobrecarga das tarefas domésticas, somada à falta de creches, transporte adequado e apoio familiar, constitui uma barreira significativa para sua permanência.

Além disso, o envelhecimento da população também traz para as salas de aula da EJA um número crescente de idosos, que buscam na escola a realização de um sonho ou a oportunidade de independência para transitar nas ruas, ir ao supermercado, entre outros fatores que outrora precisariam de ajuda.

Para além da EJA, cursar Pedagogia à noite aproxima naturalmente o graduando da realidade desses outros estudantes. A rotina de conciliar trabalho, estudos e responsabilidades pessoais é comum tanto para a maioria dos alunos noturnos da graduação quanto para educandos da EJA, criando empatia e compreensão dos desafios enfrentados.

Essa vivência favorece uma formação mais sensível e comprometida com a inclusão, valorizando trajetórias de vida e saberes diversos. O ambiente noturno também estimula o contato com colegas com suas experiências de vida, trazendo consigo seus conhecimentos, ampliando o olhar sobre práticas pedagógicas voltadas à transformação social.

Assim, eu ser aluna noturna e mulher não apenas fortalece a formação docente, mas também inspira um compromisso real com a EJA como espaço legítimo de aprendizagem e cidadania, como o papel da mulher como aprendente, protagonista da sua história e agente de transformação.

Diante disso, este trabalho tem como foco analisar a evasão escolar na EJA, suas possíveis causas, consequências e prováveis soluções. Para este fim, será feito um breve resgate histórico da EJA no Brasil, seguido de uma análise sobre o perfil dos estudantes, a relação educação e trabalho e os fatores que contribuem para a evasão escolar. Em resumo, serão discutidas políticas públicas e estratégias pedagógicas voltadas para a permanência desses alunos, reforçando a importância da EJA como instrumento de cidadania e transformação social.

1.1 JUSTIFICATIVA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino essencial para tentativa de correção das desigualdades educacionais históricas no nosso país, oferecendo uma nova oportunidade para aqueles que, por inúmeros motivos, não concluíram a escolarização na infância ou adolescência, ou seja, no período regular.

Apesar disso, a evasão escolar se consagra como um dos maiores desafios enfrentados nesta modalidade de ensino, dificultando o cumprimento do direito à educação, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996). A análise das causas e consequências da evasão na EJA é, portanto, importante para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas pedagógicas que visem garantir a permanência dos estudantes.

A oferta predominante da EJA no turno da noite revela um cenário complexo e singular. Grande parte dos estudantes concilia a rotina escolar com extensas jornadas de trabalho, o que os leva a chegar às aulas exaustos, com energia limitada e pouco tempo disponível para os estudos. Essa configuração impõe desafios que vão além do conteúdo pedagógico, suscitando reflexões sobre o impacto da exaustão física e emocional no processo de aprendizagem. Não raro, observa-se uma queda no engajamento, acompanhada por ausências frequentes e, em muitos casos, pela desistência definitiva do curso.

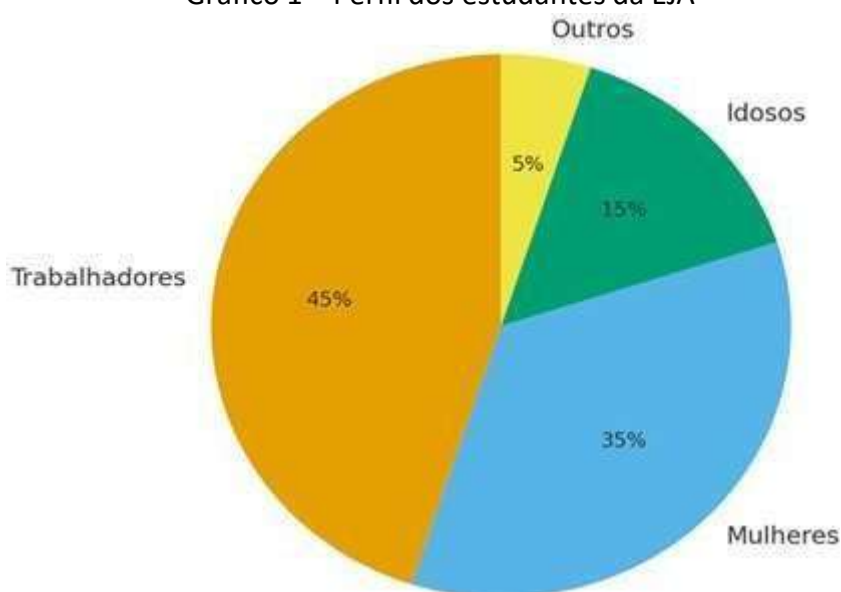
Somam-se a esse cenário as limitações do transporte coletivo, a insegurança nas ruas e a carência de suporte familiar ou institucional, fatores que intensificam os obstáculos enfrentados pelos estudantes da EJA. Muitos deles percorrem longas distâncias em condições precárias, enfrentando riscos cotidianos que vão desde a violência urbana até a falta de infraestrutura adequada nos trajetos.

A ausência de uma rede de apoio sólida, seja no âmbito doméstico, comunitário ou governamental, compromete não apenas a permanência desses sujeitos na escola, mas também sua capacidade de se engajar plenamente no processo educativo. Diante dessa realidade cheia de especificidades e marcada por vulnerabilidades, torna-se imperativo repensar as políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos.

É necessário que tais políticas sejam sensíveis às especificidades desse público, contemplando suas trajetórias, seus desafios e suas potencialidades, com ações intersetoriais que articulem educação, segurança, mobilidade urbana e assistência social. Somente por meio de uma abordagem integrada e humanizada será possível garantir condições mínimas para que esses estudantes não apenas ingressem, mas permaneçam e se desenvolvam no ambiente escolar.

Outro ponto relevante é o perfil diversificado dos estudantes da EJA. Além de jovens que abandonaram a escola, há também adultos, idosos e mulheres que, por múltiplas razões, buscam retomar seus estudos. As mulheres, em especial, enfrentam barreiras adicionais, como a jornada tripla: trabalho, afazeres domésticos e estudo, além da falta de rede de apoio para as suas crianças e as sobrecargas emocional e física.

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes da EJA



Fonte: INEP (2023).

Os dados apresentados no gráfico são importantes porque revelam o perfil demográfico dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), permitindo uma melhor compreensão das necessidades e características do público atendido. A predominância de trabalhadores (homens, mulheres e jovens) (45%) indica que muitos alunos conciliam suas atividades profissionais com os estudos, o que pode demandar estratégias pedagógicas mais flexíveis. A significativa participação de

mulheres (35%) também aponta para a relevância de políticas educacionais inclusivas e voltadas para a equidade de gênero. Já a presença de idosos (15%) reforça o papel da EJA na promoção da educação ao longo da vida. Esses dados são fundamentais para o planejamento de ações que tornem o programa mais eficaz e acessível.

Esse panorama torna necessário refletir sobre metodologias e práticas inclusivas que respeitem as especificidades desse grupo e que reconheçam sua importância no contexto educacional e social. Esse cenário tão vasto e cheio de detalhes, traz à tona a necessidade de flexibilização e/ou várias estruturas que atendam a essa heterogeneidade.

A escola, especialmente no contexto da EJA, deve assumir um papel político e emancipador, como defende Paulo Freire (1987), promovendo a conscientização crítica e a transformação social. Dessa forma, investigar a evasão escolar na EJA ultrapassa a simples análise estatística, exigindo uma abordagem que considere as vivências e os obstáculos enfrentados pelos alunos. Entender as causas que impulsionam o abandono escolar possibilita a elaboração de estratégias mais eficazes, voltadas não apenas ao ingresso, mas à permanência desses sujeitos no ambiente educacional.

Além disso, analisar esse evento no contexto da EJA representa um avanço significativo na fomentação da cidadania e no fortalecimento da inclusão social. Nesse cenário, a educação se configura como um instrumento de transformação, capaz de modificar trajetórias marcadas por desigualdade e exclusão. Ao identificar os elementos que contribuem para a evasão escolar e ao propor caminhos para enfrentá-los, colabora-se para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A relevância deste estudo vai além do campo acadêmico. Trata-se de uma reflexão com implicações sociais e políticas significativas, pois a EJA representa uma possibilidade concreta de inclusão, autonomia e reconstrução de trajetórias interrompidas, afetando diretamente a vida de milhares de pessoas historicamente privadas do acesso à educação. A EJA, por sua natureza inclusiva e transformadora, possui um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa e democrática, impactando diretamente a vida de milhares de brasileiros que, por diferentes motivos, foram historicamente excluídos do processo escolar.

1.2 OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de seus desafios e das políticas educacionais.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar um breve histórico da EJA no Brasil, relacionando seu desenvolvimento ao conceito de cidadania e aos movimentos sociais e políticos que marcaram sua trajetória.
- Analisar os diversos perfis de estudantes da EJA (jovens, adultos, idosos, mulheres, pessoas de baixa renda, negros, trabalhadores), compreendendo suas motivações e dificuldades no processo educativo.
- Investigar a relação entre a EJA e fatores externos como trabalho, violência urbana, desigualdade de gênero e barreiras sociais.
- Avaliar políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a permanência e o fortalecimento da EJA, considerando sua relevância social e seu caráter transformador.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A educação de jovens e adultos no Brasil possui um trajeto profundamente entrelaçado com as lutas sociais e a busca pela cidadania em sua plenitude. Desde os tempos coloniais, o acesso à educação foi privilégio de poucos, restrito às elites dominantes, enquanto a maioria da população, especialmente negros escravizados, mulheres, indígenas e trabalhadores pobres era excluída dos processos formais de escolarização. Essa exclusão consolidou um modelo social baseado na desigualdade e na negação de direitos elementares, como o acesso ao saber e à participação crítica na sociedade.

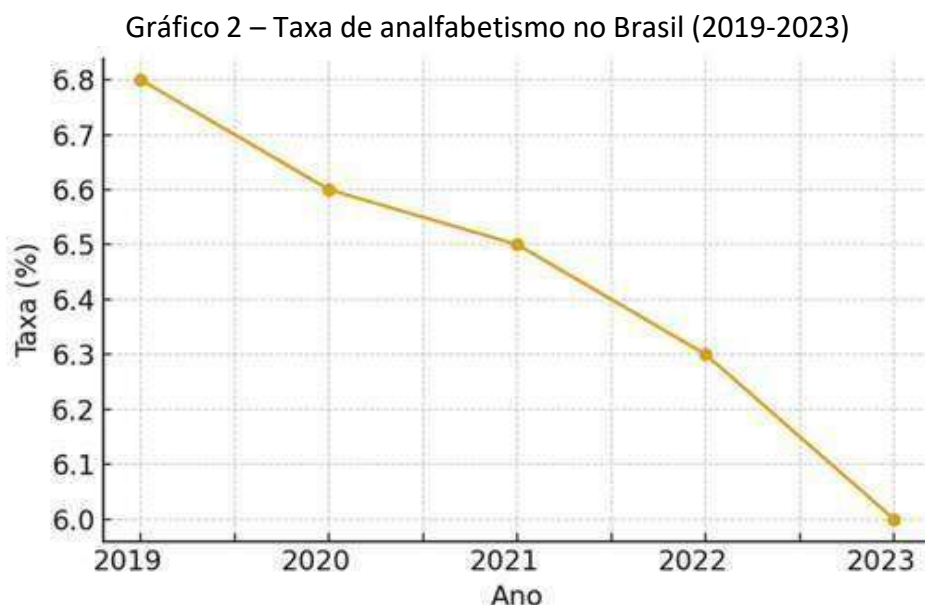
Foi somente ao longo do século XX que a educação voltada para jovens e adultos começou a ser tratada como política pública fundamental, especialmente a partir da mobilização de movimentos sociais e organizações populares. As campanhas de alfabetização surgidas nesse período tinham o propósito de enfrentar o analfabetismo não apenas como problema técnico, mas como expressão de uma

estrutura social desigual. Um marco desse processo foi a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), nos anos 1960, que articulava alfabetização e formação cidadã, com forte influência da pedagogia crítica.

Nesse contexto, a figura de Paulo Freire ganha centralidade ao propor um método de alfabetização que valorizava o diálogo, o conhecimento prévio dos alunos e o compromisso com a transformação social. Ao contrário de métodos tradicionais, sua proposta educacional partia das experiências concretas dos sujeitos, buscando promover uma consciência crítica da realidade. A célebre afirmação de Freire (1987) de que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” ilustra a essência de sua concepção humanizadora e libertadora da educação.

Durante a ditadura militar (1964–1985), a educação de adultos sofreu regressos significativos. Programas como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1967, tinham caráter tecnicista, voltado à alfabetização funcional e à preparação da força de trabalho, deixando de lado o componente crítico e emancipador. O MOBRAL conseguiu atingir um número expressivo de pessoas, contribuindo para a diminuição das taxas de analfabetismo, ainda que de maneira ineficiente estabelecendo-se como modelo de alfabetização de adultos da Ditadura Militar.

Com a redemocratização do país e a propagação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos, o que possibilitou avanços importantes na consolidação da EJA como modalidade da educação básica. Esse reconhecimento foi formalizado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que passou a assegurar legalmente o direito de jovens e adultos completarem sua escolaridade.



Fonte: IBGE (2023).

No caminho dessas transformações, diversos programas foram implantados, como o Brasil Alfabetizado e o ProJovem, com o objetivo de combater o analfabetismo e promover a inclusão social e profissional de jovens e adultos. Para Jardimino (2013), a EJA deve ser compreendida não como uma simples correção de trajetórias escolares interrompidas, mas como espaço legítimo de construção de saberes e de formação cidadã, onde se valorizam as experiências de vida e as múltiplas formas de aprender.

2.1 Caminhos da educação popular

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil se entrelaça com as lutas históricas dos sujeitos marginalizados pelo sistema educacional tradicional. Desde suas origens, a EJA se constituiu como uma modalidade resistente, marcada por tentativas, muitas vezes descontínuas ou fragmentadas de garantir o direito à educação àqueles que foram sistematicamente excluídos das oportunidades escolares durante a infância e adolescência. Ao longo das décadas, diversos programas e projetos buscaram, com diferentes orientações político-pedagógicas, construir alternativas possíveis diante das omissões do Estado.

Durante o período da ditadura civil-militar, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, representou uma política de expansão da

alfabetização, ainda que fortemente criticada por sua natureza tecnicista, autoritária e descolada das realidades dos educandos. Apesar de seu alcance numérico, o MOBRAL falhou em construir processos educativos transformadores, pois tratava a alfabetização de forma instrumental, voltada à inserção mínima no mercado de trabalho, sem promover uma consciência crítica ou cidadã.

Nos anos 1990, surge o Alfabetização Solidária (AlfaSol), uma iniciativa que se estruturou a partir de parcerias entre o poder público e o setor privado, com o objetivo de atender regiões socialmente vulneráveis. Embora tenha ampliado significativamente a cobertura da alfabetização em algumas localidades, enfrentou dificuldades relacionadas à continuidade dos investimentos e à escassez de políticas estruturantes. Ainda assim, o programa representou um esforço de articulação federativa em tempos de retração do Estado nas políticas sociais.

Paralelamente às ações estatais, movimentos da sociedade civil tiveram papel decisivo na consolidação da EJA como espaço de resistência pedagógica e cultural. O Movimento de Educação de Base (MEB), por exemplo, se destacou pela sua atuação inovadora por meio de rádios educativas e por sua inspiração nos princípios freirianos de educação popular. Atuando especialmente no campo, o MEB buscava desenvolver uma consciência crítica nos trabalhadores rurais, integrando alfabetização, cidadania e formação política.

Outro marco importante foi o Movimento de Cultura Popular (MCP), surgido em Recife na década de 1960. Com forte influência de Paulo Freire, o MCP apostava em uma proposta de alfabetização que valorizava a cultura local e a participação ativa dos educandos como protagonistas de seu processo formativo. O movimento compreendia a educação como instrumento de emancipação e como prática social vinculada à realidade concreta das comunidades.

Em consonância com essa perspectiva, os Centros de Cultura Popular (CCPs), organizados por sindicatos e movimentos sociais em diversas regiões do país, consolidaram-se como espaços de articulação entre saberes populares, educação política e formação crítica. Esses centros foram fundamentais para reafirmar a EJA como um direito e como ferramenta de transformação coletiva, além de constituírem redes de apoio e acolhimento para sujeitos historicamente invisibilizados.

Já no início do século XXI, o lançamento do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), em 2003, marcou uma tentativa de consolidar a alfabetização de adultos como política pública nacional, com foco na inclusão social e cidadã. O PBA trouxe avanços importantes, como a valorização do papel do alfabetizador, o incentivo à formação continuada e o uso de materiais didáticos contextualizados com a realidade local. No entanto, sua execução foi afetada por descontinuidades administrativas, cortes orçamentários e entraves burocráticos. Em 2022, por exemplo, a implementação de um ciclo-piloto em Alagoas enfrentou dificuldades severas, sobretudo na formação de educadores e no acompanhamento pedagógico.

Mais recentemente, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo, instituído em 2024, resgata e reorganiza iniciativas anteriores, propondo uma abordagem integrada que articula alfabetização, escolarização básica e educação profissional. Essa proposta representa um avanço significativo ao reconhecer que a formação dos sujeitos da EJA não deve se restringir ao domínio das competências básicas de leitura e escrita, mas sim incluir a construção de autonomia econômica, política e social.

A esse respeito, Paulo Freire (1987, p. 43) afirma que:

A alfabetização, se for um ato de criação, de reinvenção, de busca inquieta, deve ser realizada por meio de um processo que não apenas introduza os sujeitos no mundo da leitura e da escrita, mas que os leve também a ler criticamente a realidade para nela intervir e transformá-la. A educação precisa estar voltada para a libertação do homem, e não para sua adaptação a uma ordem injusta.

Essa perspectiva reforça que a educação de jovens e adultos não pode estar alicerçada em práticas pedagógicas mecanicistas ou descontextualizadas. Pelo contrário, deve se configurar como um processo dialógico, que valorize o saber dos sujeitos e promova uma consciência crítica capaz de romper com os ciclos de exclusão historicamente impostos.

Nesse percurso, os caminhos da educação popular no Brasil evidenciam que a EJA sempre esteve vinculada a disputas ideológicas e a projetos societários divergentes. Enquanto algumas ações buscaram promover um modelo de educação

domesticadora, voltado à adaptação dos sujeitos às normas vigentes, outras iniciativas, sobretudo as de matriz freiriana, apostaram em uma pedagogia libertadora, comprometida com a transformação da realidade social. Entender essa história é fundamental para fortalecer a EJA como política pública estruturante e como espaço legítimo de reinvenção da cidadania.

2.2 A força da EJA no Nordeste brasileiro

O Nordeste brasileiro consolidou-se, ao longo da história, como um território fértil para experiências transformadoras na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desde as décadas de 1950 e 1960, a região foi palco de iniciativas pioneiras de alfabetização popular que romperam com os modelos tradicionais de ensino e inauguraram uma nova forma de pensar a educação voltada para sujeitos historicamente excluídos. Inspiradas nos ideais libertadores de Paulo Freire, essas ações não apenas ensinaram a ler e escrever, mas também promoveram a consciência crítica, o engajamento político e a valorização das vivências locais como ponto de partida para o conhecimento.

A pedagogia freiriana encontrou no Nordeste um solo fértil, marcado por desigualdades profundas, mas também por uma intensa mobilização social. Estados como Pernambuco, Ceará e Bahia se destacaram por desenvolver programas específicos de enfrentamento ao analfabetismo, articulando saberes acadêmicos com práticas comunitárias e respeitando as particularidades culturais, linguísticas e sociais do público atendido. Essas experiências foram sustentadas por redes de solidariedade entre universidades, movimentos populares, sindicatos, associações de bairro e lideranças comunitárias, que compreenderam a educação como um direito e como uma ferramenta de emancipação.

Mesmo diante de limitações estruturais persistentes, como a escassez de recursos, a evasão escolar, a falta de formação específica para os docentes e a precariedade das condições de trabalho, a EJA no Nordeste resistiu e se reinventou. A força dessa modalidade de ensino está justamente na sua capacidade de dialogar com os territórios, de reconhecer os saberes construídos fora da escola e de transformar o ato de aprender em um processo coletivo de reconstrução de identidades. A EJA não se limita a transmitir conteúdos: ela acolhe histórias, legitima

experiências e abre caminhos para que os sujeitos possam ressignificar suas trajetórias.

Esse legado permanece vivo até os dias atuais, refletido em projetos que mantêm a EJA como um espaço de resistência, dignidade e transformação. Em comunidades rurais, assentamentos, periferias urbanas e quilombos, milhares de pessoas encontram na EJA uma oportunidade concreta de reescrever suas histórias por meio do conhecimento. Mais do que uma política educacional, a EJA no Nordeste é expressão de uma pedagogia comprometida com a justiça social, com a valorização da cultura popular e com a construção de uma sociedade mais equânime.

A força da EJA nordestina reside, portanto, na sua capacidade de se manter viva mesmo diante das adversidades, de se reinventar com criatividade e de continuar sendo um instrumento de luta por direitos. Ela é, ao mesmo tempo, memória e futuro: memória das experiências de alfabetização que desafiaram o autoritarismo e a exclusão, e futuro de uma educação que reconhece os sujeitos em sua integralidade e aposta na potência transformadora do saber.

2.3 EJA e política internacional: as CONFINTEAS

Em nível internacional, a EJA ganhou reforço com as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEAS), organizadas pela UNESCO desde 1949. Essas conferências são espaços importantes de articulação entre países, visando à formulação de políticas públicas que promovam a educação de adultos como direito fundamental e instrumento de inclusão social.

O Brasil tem se destacado em várias edições da CONFINTEA, contribuindo para o debate sobre alfabetização, cidadania e redução das desigualdades. Documentos como a Declaração de Hamburgo (1997) e o Marco de Ação de Belém (2009) reafirmam o compromisso global com uma educação transformadora, voltada para a justiça social.

As CONFINTEAS também cumprem papel estratégico no monitoramento dos compromissos firmados pelos países, por meio da produção de relatórios e avaliações

periódicas. Além disso, fortalecem a participação da sociedade civil e promovem o intercâmbio de experiências pedagógicas entre nações, ajudando a enfrentar os desafios comuns à educação de adultos em contextos de vulnerabilidade.

Apesar de todos os avanços conquistados nas últimas décadas, os desafios que envolvem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) continuam a exigir atenção urgente e ações estruturantes. Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023) revelam que mais de 9 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais ainda não sabem ler e escrever, o que representa não apenas uma estatística alarmante, mas um retrato da persistente desigualdade educacional no país. Esse número expressivo evidencia que o analfabetismo permanece como uma ferida aberta na sociedade brasileira, refletindo a exclusão histórica de parcelas significativas da população do direito à educação básica.

A persistência desse cenário indica que as políticas públicas voltadas à EJA precisam ser não apenas ampliadas em termos de cobertura, mas também qualificadas em sua concepção e execução. Garantir o acesso é apenas o primeiro passo; é fundamental assegurar a permanência dos estudantes e a efetividade dos processos de ensino-aprendizagem. Isso implica investir em infraestrutura adequada, formação continuada de professores, metodologias inclusivas e flexíveis, além de ações intersetoriais que articulem educação com saúde, assistência social, segurança pública e cultura.

Além disso, é necessário reconhecer que o analfabetismo não é apenas uma questão técnica ou pedagógica, mas um fenômeno social que carrega implicações profundas na vida dos sujeitos. A ausência da leitura e da escrita limita o exercício da cidadania, o acesso ao mercado de trabalho, a compreensão de direitos e deveres, e a participação ativa na sociedade. Portanto, enfrentar esse desafio exige um compromisso coletivo com a justiça social, a equidade e a valorização da educação como instrumento de transformação.

Deste modo, o caminho percorrido pela EJA no Brasil é repleto de lutas, retrocessos e conquistas. Trata-se de um campo educacional que vai além da escola, articulando saberes, cidadania, trabalho e dignidade. Reconhecer a importância histórica dessa modalidade é fundamental para compreender os desafios atuais e

propor caminhos que assegurem uma educação realmente inclusiva, voltada à emancipação e à transformação social.

2.4 A evasão escolar na modalidade da Educação de Jovens e Adultos

(EJA) é um fenômeno de natureza multifatorial e estrutural, que reflete as desigualdades sociais históricas do Brasil. Trata-se de um processo que não ocorre de forma repentina, mas que se desenvolve gradativamente, impulsionado por fatores que se inter-relacionam e que têm origem nas condições de vida precárias dos sujeitos atendidos por essa modalidade. Ao contrário do que se verifica no ensino regular, onde o abandono escolar pode estar associado, em muitos casos, à fase de transição da adolescência, na EJA a evasão é geralmente motivada por obrigações familiares, demandas profissionais e fragilidades institucionais.

Os sujeitos da EJA possuem trajetórias marcadas por interrupções escolares anteriores, exclusão social e experiências de trabalho precoce. Como afirma Arroyo (2017), os estudantes da EJA carregam trajetórias marcadas por interrupções e exclusões, mas continuam firmes em sua busca por aprender. São pessoas que resistem às adversidades cotidianas e, apesar de tantos obstáculos, retomam os estudos como forma de reconstruir suas histórias e seus projetos de vida. No entanto, ao retornarem ao ambiente escolar, deparam-se com barreiras significativas, sejam físicas, emocionais e estruturais que contribuem para um novo afastamento.

As causas da evasão escolar nesse contexto são amplas. Uma das mais significativas é a dificuldade de conciliação entre o trabalho e os estudos. Muitos alunos da EJA trabalham durante todo o dia, em jornadas exaustivas, e chegam à escola à noite já fisicamente e mentalmente desgastados. A necessidade de garantir o sustento próprio ou da família muitas vezes se sobrepõe à continuidade dos estudos. Além disso, a falta de tempo, o cansaço acumulado e o estresse são fatores que desmotivam a permanência nas aulas.

Gadotti (2011) destaca que a escola deve considerar o contexto de vida desses sujeitos e adaptar-se às suas necessidades reais. Isso implica oferecer um currículo flexível, dinâmico, que dialogue com a realidade dos estudantes e que valorize seus saberes prévios. No entanto, na prática, muitas instituições mantêm um modelo

pedagógico tradicional, com conteúdo descontextualizados e metodologias pouco envolventes. Isso contribui para o desinteresse dos alunos, que acabam por não reconhecer sentido na continuidade dos estudos.

Outro fator crucial está relacionado à precariedade das políticas públicas voltadas para a EJA. A modalidade frequentemente recebe investimentos inferiores aos necessários, o que se reflete em infraestrutura inadequada, escassez de materiais pedagógicos e formação insuficiente dos professores para lidar com esse público específico. Freire (1987) enfatizava a importância de uma prática pedagógica que parta das vivências concretas dos alunos, valorizando o diálogo e a escuta atenta como caminhos para uma educação que de fato transforme e liberte, em vez de apenas transmitir conteúdos prontos. Quando essas diretrizes não são respeitadas, a escola deixa de ser um espaço de acolhimento e passa a ser mais um ambiente de exclusão.

A insegurança pública, especialmente em áreas urbanas periféricas, também figura como um dos grandes entraves à permanência dos estudantes da EJA. Como as aulas ocorrem, em sua maioria, no período noturno, os riscos de violência no trajeto entre casa, trabalho e escola tornam-se uma preocupação constante. Isso é especialmente relevante no caso das mulheres, que além de lidarem com as responsabilidades domésticas e o cuidado com os filhos, enfrentam muitas vezes contextos de violência doméstica e social, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade e reduz suas possibilidades de permanência escolar.

Abandonar os estudos na EJA não é, na maioria das vezes, fruto de desinteresse, mas sim consequência de um conjunto de falhas estruturais que dificultam a permanência escolar. Trata-se de um retrato de um sistema educacional que ainda não assegura, de forma plena, as condições necessárias para que esses sujeitos consigam seguir aprendendo. Ao deixarem a escola, esses sujeitos permanecem inseridos em ciclos de exclusão, com acesso limitado ao mercado de trabalho formal, à participação política e à cidadania plena.

Segundo Gadotti (2011), a educação, além de ferramenta para ascensão profissional, deve ser compreendida como um meio de transformação social e emancipação pessoal. A evasão, nesse sentido, representa uma perda coletiva, não

apenas do ponto de vista individual, mas da sociedade como um todo.

É importante ressaltar que, na maioria das vezes, os sujeitos não evadem por falta de interesse, mas porque a escola não está estruturada para atendê-los com dignidade. Arroyo (2017) enfatiza que a EJA não pode ser reduzida a uma política compensatória, que visa apenas recuperar os anos de escolaridade perdidos. Pelo contrário, ela deve ser compreendida como um espaço de reconstrução de trajetórias, reconhecimento de saberes e promoção de novos projetos de vida.

Nesse contexto, o enfrentamento da evasão escolar exige ações integradas e efetivas, que envolvam o poder público, as escolas, os professores e a sociedade civil. Algumas medidas estratégicas incluem a oferta de transporte gratuito, alimentação escolar adequada, programas de incentivo financeiro (como bolsas ou auxílios), creches para os filhos dos estudantes, flexibilização de horários e criação de ambientes de aprendizagem mais acolhedores. Investir na formação continuada de professores para atuação com jovens e adultos também é fundamental, assim como produzir materiais didáticos contextualizados e metodologias participativas.

Portanto, combater a evasão escolar na EJA requer mais do que boa vontade: exige o reconhecimento de que o direito à educação é universal e inegociável. Trata-se de construir políticas públicas inclusivas, sustentáveis e humanizadas, capazes de transformar a escola em um verdadeiro espaço de permanência, escuta, afeto e transformação social.

3. A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E O PERFIL DA MULHER NA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um espaço de reconstrução de trajetórias interrompidas, especialmente para mulheres que, ao longo da vida, foram privadas do acesso à escolarização formal. A relação entre trabalho e educação, nesse contexto, é marcada por tensões históricas e sociais que revelam as desigualdades estruturais do país. Muitas dessas mulheres ingressam na EJA após anos de afastamento da escola, motivadas pelo desejo de ampliar suas possibilidades profissionais, recuperar sua autoestima ou simplesmente realizar um sonho adiado pela urgência da sobrevivência.

Grande parte das alunas da EJA são trabalhadoras que enfrentam jornadas exaustivas, muitas vezes em empregos informais, mal remunerados e sem garantias legais. A necessidade de conciliar o trabalho com as responsabilidades familiares, como o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos e, em muitos casos, o suporte emocional de toda a família, impõe uma sobrecarga que dificulta a permanência escolar. A escola, portanto, precisa reconhecer essas múltiplas dimensões da vida das mulheres e construir estratégias pedagógicas que dialoguem com suas realidades concretas.

A predominância de turmas no período noturno é uma tentativa de adequação à rotina laboral dos estudantes, mas essa solução, embora necessária, não resolve os desafios. As mulheres chegam às aulas cansadas, com tempo limitado para os estudos e, muitas vezes, sem rede de apoio para lidar com os conflitos que surgem entre o tempo da escola e o tempo da vida. A ausência de políticas públicas que garantam transporte seguro, alimentação escolar, creches comunitárias e apoio psicossocial agrava ainda mais essa situação, tornando a permanência na EJA um ato de resistência cotidiana.

Arroyo (2017), em *Passageiros da Noite*, descreve os sujeitos da EJA como portadores de histórias de exclusão, mas também de luta e reinvenção. São mulheres que, apesar das adversidades, persistem na busca pelo conhecimento, enxergando na educação uma possibilidade de transformação pessoal e coletiva. A escola, nesse sentido, deve ser mais do que um espaço de transmissão de conteúdos: precisa ser um território de escuta, acolhimento e valorização das experiências de vida. O currículo da EJA deve ser construído a partir das vivências dos educandos, reconhecendo os saberes populares, as práticas laborais e os saberes femininos que historicamente foram invisibilizados pela educação formal.

Gadotti (2011) reforça que a EJA deve estar articulada à realidade social dos estudantes, promovendo uma aprendizagem significativa que dialogue com o mundo do trabalho e com os desafios cotidianos. Isso exige uma postura pedagógica sensível, capaz de romper com modelos tradicionais e autoritários, e de construir práticas educativas que estimulem o protagonismo, o pensamento crítico e a autonomia. Para as mulheres, essa abordagem é ainda mais urgente, pois elas enfrentam barreiras específicas que vão desde a violência doméstica até a

desvalorização social de seus saberes e trajetórias.

A relação entre trabalho e educação, quando pensada a partir da perspectiva da mulher na EJA, revela a necessidade de uma escola que compreenda a complexidade da vida adulta e que se comprometa com a construção de políticas públicas integradas. É preciso garantir condições reais de permanência, como horários flexíveis, apoio financeiro, formação continuada para os docentes, e ações que promovam a equidade de gênero no ambiente escolar. A educação, nesse cenário, torna-se um instrumento de emancipação, permitindo que as mulheres se reconheçam como sujeitos históricos, capazes de transformar suas realidades e de ocupar espaços que lhes foram negados.

Mais do que ensinar conteúdos, a EJA deve ser um espaço de reconstrução de sonhos, de resgate da autoestima e de fortalecimento da cidadania. Para isso, é fundamental que o Estado, as instituições de ensino e a sociedade civil reconheçam o valor da educação de adultos e se comprometam com a construção de uma escola pública, democrática e inclusiva, que respeite as singularidades de cada educando e promova a justiça social.

3.1 A presença da mulher na EJA

Um dos aspectos mais relevantes do perfil dos estudantes da EJA é a expressiva presença feminina. Muitas mulheres retornam aos estudos após longos períodos afastados da escola, em busca de novas oportunidades de trabalho, de realização pessoal ou mesmo para servir de exemplo para seus filhos. No entanto, elas enfrentam desafios específicos que tornam sua permanência na EJA ainda mais difícil.

A jornada tripla, trabalho remunerado, tarefas domésticas e cuidados com filhos é um dos principais obstáculos para as mulheres que estudam à noite. Além disso, muitas enfrentam a falta de apoio familiar, a ausência de políticas de assistência, como creches em horários alternativos, e a violência doméstica, que ainda afeta uma parcela significativa dessa população. Como destaca Leôncio Soares (2012), a escola precisa reconhecer essas realidades e criar estratégias de apoio para garantir que essas alunas permaneçam matriculadas e consigam concluir seus estudos.

Outro fator que motiva as mulheres a retornarem à escola é o desejo de quebrar o ciclo de exclusão e dependência econômica. A falta de escolaridade frequentemente limita as oportunidades de emprego, mantendo essas mulheres em trabalhos informais, mal remunerados e sem garantias trabalhistas. A educação, nesse sentido, aparece como um caminho de autonomia, de conquista de direitos e de valorização pessoal.

Para Paulo Freire (1987), O processo educativo, segundo Freire, deve permitir ao sujeito não apenas adquirir conhecimentos, mas também desenvolver consciência crítica sobre sua realidade, tornando-se agente ativo de transformação social. Essa perspectiva é especialmente relevante para as mulheres da EJA, que encontram na escola um espaço de empoderamento e reconhecimento.

Além disso, a dimensão emocional e simbólica do retorno aos estudos é muito significativa. Muitas mulheres que retomam a vida escolar veem a EJA como uma oportunidade de realizar um sonho interrompido, de mostrar aos filhos a importância da educação e de resgatar a autoestima. Para Jardimino (2013), o ambiente escolar na EJA deve ser acolhedor e valorizador, criando uma rede de apoio entre professores, colegas e comunidade escolar.

3.2 Desafios e possibilidades

Apesar das dificuldades, a permanência das mulheres na EJA pode ser fortalecida por meio de políticas públicas integradas, como programas de auxílio estudantil, horários de aula flexíveis, creches comunitárias, transporte escolar e ações de conscientização sobre a igualdade de gênero. Além disso, é fundamental investir na formação docente, para que os professores saibam lidar com as especificidades desse público e utilizem metodologias que incentivem a participação ativa, o diálogo e a valorização das experiências de vida.

A criação de programas de auxílio estudantil, a flexibilização dos horários escolares, a oferta de creches comunitárias e o transporte público gratuito são medidas que, articuladas, podem contribuir significativamente para a permanência das mulheres na EJA. No entanto, tais ações só se tornam efetivas quando acompanhadas de uma formação docente sensível às questões de gênero, que

promova práticas pedagógicas dialógicas, participativas e emancipadoras. É fundamental que os professores estejam preparados para reconhecer e valorizar os saberes construídos fora da escola, integrando-os ao processo educativo como forma de legitimar as vivências das alunas.

A análise do perfil da mulher na EJA revela que a educação, mais do que um direito, é uma ferramenta de reconstrução de identidades e de ressignificação de projetos de vida. Contudo, essa potência só se realiza plenamente quando há condições concretas para que essas mulheres permaneçam na escola, superando os obstáculos que historicamente as afastaram do ambiente educacional. A evasão escolar, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como uma questão pedagógica, mas como um reflexo das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

4. Violência urbana, desigualdade social e políticas públicas na EJA

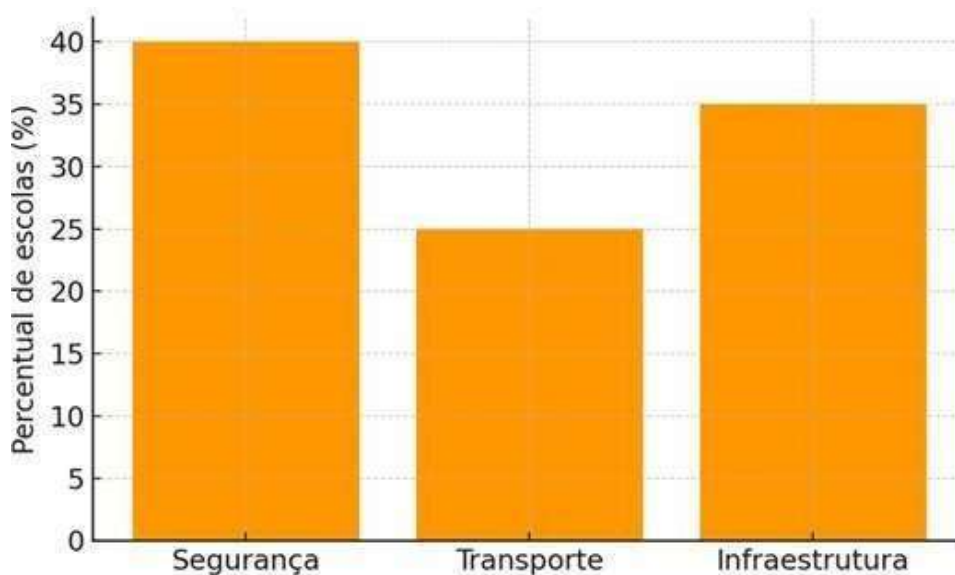
A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não pode ser compreendida de forma simplista ou atribuída a uma suposta falta de interesse por parte dos estudantes. Essa leitura superficial ignora as múltiplas camadas que compõem a realidade dos sujeitos da EJA, cuja trajetória educacional é marcada por profundas desigualdades e por contextos de exclusão que extrapolam os muros da escola. Trata-se de um fenômeno complexo, imerso em dinâmicas sociais, econômicas e territoriais que condicionam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos.

Grande parte do público atendido pela EJA reside em áreas periféricas, frequentemente negligenciadas pelo poder público. Nessas regiões, a ausência de políticas públicas estruturantes é uma constante: faltam saneamento básico, transporte regular, serviços de saúde acessíveis, equipamentos culturais e, sobretudo, segurança. A precariedade das condições de vida nesses territórios cria um cenário adverso à continuidade dos estudos, fazendo com que o percurso educacional se torne uma luta diária pela sobrevivência e resistência.

O ambiente urbano, marcado por elevados índices de violência, impõe barreiras reais e simbólicas ao processo educacional. O deslocamento até a escola, sobretudo

no período noturno, predominante na oferta da EJA, representa, para muitos estudantes, um risco concreto. A insegurança nas ruas, a insuficiência da iluminação pública, a ausência de transporte coletivo em horários adequados e a violência policial são fatores que afetam diretamente a frequência às aulas. Em alguns casos, a ida à escola implica atravessar territórios conflagrados por conflitos armados, disputas entre facções ou operações policiais violentas. Assim, o direito à educação passa a depender da garantia de outros direitos básicos, como a segurança pública e a mobilidade urbana.

Gráfico 3 – Problemas relatados pelas escolas de EJA (2023)



Fonte: INEP (2023).

Contudo, a violência urbana vai além dos episódios visíveis e sensacionalizados de criminalidade. Conforme destaca Arroyo (2017), ela também se manifesta de maneira estrutural, através da negação histórica de direitos, da invisibilização dos saberes populares e do abandono institucional. Os estudantes da EJA não são apenas vítimas da violência física; são também alvos de um processo contínuo de exclusão social e simbólica que nega legitimidade às suas trajetórias, suas histórias e suas identidades. Muitos já enfrentaram interrupções escolares ainda na infância, foram inseridos precocemente em trabalhos precários e conviveram com a ausência de políticas públicas que reconhecessem suas necessidades específicas.

Dessa forma, a escola não pode se limitar a ser um espaço de ensino formal,

descolado da realidade concreta de seus estudantes. Ela precisa assumir um papel mais amplo: ser espaço de reconstrução de vínculos, de acolhimento e de valorização dos saberes construídos fora dos espaços institucionalizados. A permanência na escola, especialmente na EJA, depende de um processo pedagógico que reconheça os sujeitos em sua complexidade, que dialogue com suas vivências e que compreenda os desafios enfrentados fora da sala de aula.

A desigualdade social, por sua vez, atravessa com força o perfil do público da EJA. Em sua maioria, trata-se de pessoas negras, mulheres, chefes de família, trabalhadores informais ou desempregados, habitantes das periferias urbanas e rurais, que enfrentam cotidianamente um ciclo de exclusão historicamente construído. Esse ciclo começa cedo, com a negação de uma infância plena e protegida, e se estende pela vida adulta, dificultando o acesso a direitos básicos e oportunidades de desenvolvimento. A EJA, nesse contexto, surge como uma chance de retomada de projetos interrompidos, de ressignificação de trajetórias e de reconstrução de possibilidades de futuro.

No entanto, é fundamental compreender que a evasão escolar não deve ser encarada como resultado de escolhas individuais ou como expressão de negligência dos estudantes. Pelo contrário, é reflexo direto das condições estruturais que moldam a existência desses sujeitos. Permanecer na escola exige um conjunto de garantias que vai muito além da presença em sala de aula: transporte seguro, alimentação adequada, apoio psicossocial, rede de cuidados familiares, horários compatíveis com a jornada de trabalho e, sobretudo, políticas públicas articuladas que reconheçam o papel estratégico da EJA na promoção da justiça social.

Como destaca Gadotti (2011), a educação de adultos possui um potencial transformador extraordinário, na medida em que possibilita ao educando recuperar sua autoestima, ampliar seu repertório crítico e exercer sua cidadania de maneira mais consciente e participativa. No entanto, para que essa potência se concretize, é necessário que o poder público reconheça a EJA como uma política prioritária e não como um mero programa compensatório. Isso requer investimentos adequados, valorização profissional dos educadores, currículos contextualizados, infraestrutura escolar apropriada e articulação com outras áreas, como saúde, transporte e cultura.

A evasão escolar, portanto, não é uma falha isolada ou responsabilidade exclusiva do estudante. É expressão de um sistema que, ao longo do tempo, negligenciou os direitos de amplas parcelas da população. A superação desse desafio demanda uma abordagem intersetorial, sensível às especificidades dos territórios e comprometida com a transformação das realidades locais. A educação, como ensinou Paulo Freire, deve ser compreendida como prática da liberdade, uma ferramenta capaz de não apenas informar, mas também emancipar, politizar e mobilizar sujeitos para a transformação de suas vidas e de seus contextos.

4.1 Políticas públicas

No Brasil, diversas políticas públicas foram implementadas para combater o analfabetismo e incentivar a permanência na EJA, como o Programa Brasil Alfabetizado, o Projovem e o Plano Nacional de Educação (PNE). Este último estabeleceu metas para a redução da taxa de analfabetismo, mas o avanço tem sido lento. De acordo com dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023), ainda existem mais de 9 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever, o que demonstra a necessidade de políticas mais efetivas e contínuas.

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil por faixa etária (2023)

Faixa etária	Taxa de analfabetismo (%)
15 anos ou mais	5,6
25 a 59 anos	3,6
60 anos ou mais	17,7
Total (15 anos ou +)	9,5 milhões de pessoas

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, 2023.

Nota: Os dados mostram que a maior concentração de pessoas analfabetas está entre os idosos, o que revela um público significativo da EJA.

Uma das críticas feitas por pesquisadores como Leôncio Soares (2012) é que a EJA muitas vezes não recebe o mesmo investimento que o ensino regular, resultando em escolas com infraestrutura precária, materiais didáticos limitados e professores sem formação específica. Essa falta de prioridade faz com que os estudantes da EJA se sintam desvalorizados, contribuindo para a evasão. Além disso, programas governamentais tendem a ter continuidade limitada, dependendo de gestões políticas e orçamentos instáveis, o que prejudica o avanço de políticas de longo prazo.

Para Rubem Alves (2004), a educação precisa ser significativa e inspiradora, especialmente para os adultos, que buscam na escola um sentido para suas experiências e uma possibilidade real de transformação de vida. Políticas públicas eficazes devem ir além da abertura de vagas, considerando a necessidade de transporte gratuito, alimentação escolar, incentivos financeiros e acompanhamento pedagógico diferenciado.

4.2 Intersetorialidade e cidadania

Enfrentar o problema da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) exige mais do que ações pontuais dentro do ambiente escolar requer uma articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas. Essa abordagem pressupõe a integração entre áreas como educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura e trabalho, de modo a atender de forma mais ampla e efetiva as necessidades dos estudantes jovens e adultos. Trata-se de reconhecer que a permanência desses sujeitos na escola está profundamente ligada a condições de vida dignas e ao acesso a direitos básicos.

Na prática, isso implica em políticas públicas que dialoguem entre si e garantam suporte integral aos estudantes da EJA. Por exemplo, iniciativas que ofereçam auxílio financeiro, como bolsas de estudo ou benefícios condicionados à frequência escolar, contribuem diretamente para aliviar a pressão econômica que muitas vezes obriga esses indivíduos a abandonarem os estudos. Da mesma forma, o fornecimento de transporte noturno, alimentação escolar adequada e atendimento psicossocial são fatores que favorecem a permanência e o engajamento dos alunos.

Além do suporte material, é indispensável garantir que o ambiente escolar seja acolhedor, respeitoso e sensível às vivências diversas dos sujeitos que retornam à sala de aula após longos períodos de afastamento. Um espaço onde o estudante se sinta valorizado, escutado e parte de uma comunidade tende a promover maior motivação e sentimento de pertencimento. Isso envolve desde a formação continuada dos educadores até a construção de práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas.

Nesse contexto, a cidadania ganha um sentido ampliado. Não se trata apenas

do cumprimento formal de deveres e direitos previstos na legislação, mas da possibilidade concreta de participação ativa nos processos sociais, políticos e culturais. A educação, nesse sentido, torna-se instrumento fundamental para a emancipação dos sujeitos.

A perspectiva freiriana, expressa nas reflexões de Paulo Freire (1987), ilumina essa discussão ao propor que a verdadeira educação deve ser libertadora, ou seja, capaz de desenvolver no educando uma leitura crítica da realidade. Para Freire, aprender a “ler o mundo” é tão importante quanto aprender a “ler a palavra”, pois somente através da compreensão das estruturas sociais é que o indivíduo se reconhece como agente de transformação. A EJA, portanto, não pode restringir-se à transmissão de conteúdos escolares tradicionais; ela deve também fomentar o pensamento crítico, a valorização da experiência de vida e o engajamento político e social dos educandos.

Portanto, a intersetorialidade e a promoção da cidadania na EJA não são apenas estratégias complementares, mas dimensões indissociáveis de um mesmo projeto: a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. Promover a permanência do estudante é, ao mesmo tempo, garantir seu direito à educação e reconhecer sua dignidade como sujeito histórico.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como principal abordagem a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A escolha por esse método fundamenta-se na necessidade de compreender, a partir de produções acadêmicas e de dados oficiais, os fatores que influenciam a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as políticas públicas voltadas para a permanência dos estudantes.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita o levantamento e a discussão de referenciais teóricos já publicados, permitindo ao pesquisador uma análise crítica do objeto de estudo. Dessa forma, foram consultadas obras de autores consagrados no campo da EJA, como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, Rubem Alves, Jardimilino e Leôncio Soares, entre outros, cujas reflexões oferecem base para compreender os desafios enfrentados pelos estudantes e pelo sistema educacional.

Além da revisão bibliográfica, realizou-se uma análise de dados estatísticos disponíveis em fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e secretarias estaduais e municipais de educação. O recorte temporal adotado compreende os últimos quatro anos (2021-2024), buscando identificar tendências e padrões recentes no fenômeno da evasão escolar na EJA.

A metodologia proposta ainda envolve a sistematização dos fatores de evasão apontados nas obras consultadas e nos dados levantados, classificando-os em categorias como:

fatores socioeconômicos (baixa renda, necessidade de trabalhar);

fatores pedagógicos (metodologias pouco atrativas, ausência de formação docente adequada);

- fatores estruturais (infraestrutura das escolas, transporte, segurança);
- fatores pessoais (cansaço, desmotivação, questões familiares e de saúde).

Com base nesse percurso metodológico, o trabalho busca não apenas compreender a evasão escolar na EJA, mas também contribuir para a reflexão sobre políticas públicas que favoreçam a permanência dos estudantes, reconhecendo a educação como um direito fundamental e instrumento de transformação social.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa permitem refletir sobre a complexidade do fenômeno da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando que se trata de um problema multifatorial que envolve aspectos socioeconômicos, culturais, pedagógicos e estruturais. A análise dos dados estatísticos do INEP e IBGE referentes ao período de 2021 a 2024 revela que, embora haja avanços na oferta de vagas e em algumas iniciativas de incentivo à permanência, a taxa de evasão na EJA permanece elevada em diversas regiões do país, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país, nas periferias urbanas e em áreas rurais.

Tabela 2 – Taxa de evasão escolar na EJA por região do Brasil (2023)

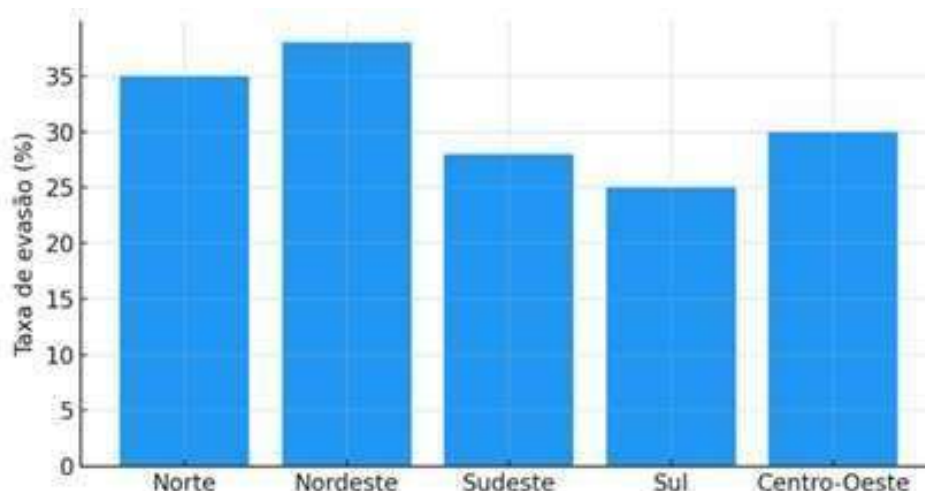
Região	Taxa de evasão (%)
Norte	21,4
Nordeste	19,7
Centro-Oeste	16,2
Sudeste	14,3
Sul	13,9
Média nacional	17,1

Fonte: INEP. Censo Escolar da Educação Básica – 2023.

Nota: As taxas mais altas de evasão escolar na EJA concentram-se nas regiões Norte e Nordeste, reforçando a necessidade de políticas públicas regionalizadas.

No tocante ao perfil dos estudantes, observa-se uma predominância de adultos trabalhadores, mulheres que conciliam estudo com responsabilidades domésticas e, em menor número, idosos em busca de alfabetização ou conclusão dos estudos. Esse cenário confirma a EJA como um espaço de diversidade, mas também de vulnerabilidades. Autores como Miguel Arroyo (2017) e Paulo Freire (1987) destacam que a trajetória desses sujeitos é marcada por desigualdades históricas, e a escola deve se constituir em um espaço de acolhimento e reconhecimento de suas vivências.

Gráfico 4 – Taxa de evasão na EJA por região (2023)



Fonte: INEP (2023).

A relação entre trabalho e educação emerge como um dos principais fatores para a evasão. Muitos estudantes abandonam os estudos devido à sobrecarga de jornada, à incompatibilidade de horários ou à necessidade de priorizar o sustento familiar. Além disso, questões como a violência urbana, a dificuldade de transporte noturno e a falta de infraestrutura adequada em muitas escolas agravam a situação. Dados do Censo Escolar (2023) indicam que mais de 40% das escolas que oferecem EJA no turno noturno relatam problemas com segurança no entorno.

Outro ponto relevante é a abordagem pedagógica. Conforme Gadotti (2018), a ausência de metodologias diferenciadas e contextualizadas pode gerar desmotivação e dificultar a permanência dos estudantes. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à formação de professores para atuar na EJA, como programas de capacitação continuada, mostram-se essenciais para tornar a aprendizagem mais significativa.

As análises indicam ainda que, apesar de políticas públicas importantes, como o Programa Brasil Alfabetizado e iniciativas estaduais e municipais, a falta de continuidade e de investimento consistente compromete seus impactos a longo prazo. Isso demonstra a necessidade de políticas integradas e permanentes, que ultrapassem gestões governamentais e dialoguem com a realidade dos estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou refletir sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando seus principais desafios e as políticas públicas direcionadas à permanência dos estudantes. Verificou-se que a evasão é um fenômeno complexo, influenciado por múltiplos fatores, entre eles a necessidade de conciliar trabalho e estudo, a violência urbana, a falta de infraestrutura adequada, o cansaço, a desmotivação e as dificuldades de acesso.

Entre os fatores mais recorrentes, destacam-se a necessidade de conciliar trabalho exaustivo com os estudos, a precariedade dos serviços públicos, a violência urbana, a ausência de infraestrutura adequada nas escolas, o cansaço físico e emocional, a desmotivação e as barreiras de acesso que ainda persistem em diversas regiões do país.

A abordagem teórica, sustentada por pensadores como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, entre outros, permitiu compreender a EJA não apenas como um espaço de transmissão de conteúdos, mas como um território de construção de saberes, de valorização das experiências de vida e de promoção da cidadania ativa. A educação de jovens e adultos, nesse sentido, deve ser pensada como um projeto político-pedagógico que reconhece os sujeitos em sua integralidade, respeita suas trajetórias e potencializa suas capacidades de transformação social.

Os dados estatísticos analisados ao longo da pesquisa reforçam a urgência de ações concretas, integradas e intersetoriais, capazes de enfrentar os múltiplos fatores que contribuem para a evasão. É necessário que governos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e comunidades locais atuem de forma colaborativa, construindo estratégias que não apenas garantam o acesso à educação, mas assegurem condições reais de permanência e sucesso escolar.

Como contribuição, esta pesquisa reafirma a importância de políticas públicas duradouras, sensíveis às especificidades da EJA, que contemplem desde melhorias na infraestrutura física das escolas até a valorização dos profissionais da educação por meio de formação continuada. Além disso, destaca-se a relevância de medidas como a flexibilização dos horários escolares, o fortalecimento do apoio psicossocial

aos estudantes, a ampliação da segurança nos entornos escolares e a criação de mecanismos que favoreçam a escuta ativa e a participação dos educandos na construção do processo educativo.

Conclui-se, portanto, que a Educação de Jovens e Adultos representa uma ferramenta estratégica para a promoção da equidade e da justiça social. No entanto, para que esse potencial se concretize, é imprescindível o engajamento coletivo na luta pela inclusão educacional e pela superação das desigualdades históricas que ainda excluem milhões de brasileiros do direito pleno à educação. A EJA, quando reconhecida em sua complexidade e potência, pode se tornar um verdadeiro instrumento de emancipação, reconstrução de identidades e ressignificação de projetos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. Campinas: Papirus, 2004.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho à EJA**. Petrópolis: Vozes, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2011.

JARDILINO, José Rubens Lima. **Educação de Jovens e Adultos: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2013.

PEIXOTO, Beatriz Ribeiro. **EJA e políticas públicas: considerações a respeito do conceito de cidadania**. In: MIGUEL, José Carlos (org.). *Educação de jovens e adultos: teoria, práticas e política*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 321–342. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/cpzbc/pdf/miguel-9786559543106-15.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SCHNEIDER, Maikel; PRADO, André Luíz Fonseca; RECH, Bruno; LUZ, Jeferson de Oliveira; BATISTA, Nilson Guedes. **A violência urbana no Brasil atual: desafios para o sistema de segurança pública**. Revista IBRA, Ano IV, v.1, n.2, ago./dez. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387122968_A_VIOLENCIA_URBANA_NO_BRASIL_ATUAL_DESAFIOS_PARA_O_SISTEMA_DE_SEGURANCA_PUBLICAURBAN_VIOLENCE_IN_CONTEMPORARY_BRAZIL_CHALLENGES_FOR_THE_PUBLIC_SECURITY_SYSTEM/fulltext/6761414d2d60b863e276b01c/A-VIOLENCIA-URBANA-NO-BRASIL-ATUAL-DESAFIOS-PARA-O-SISTEMA-DE-SEGURANCA-PUBLICAURBAN-VIOLENCE-IN-CONTEMPORARY-BRAZIL-CHALLENGES-FOR-THE-PUBLIC-SECURITY-SYSTEM.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, Ariane Malheiro da. **Políticas públicas educacionais de alfabetização no Brasil no período de 2003 a 2023: um estudo comparativo a partir da análise documental**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) –

Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste. Disponível em:.
Acesso em: 16 set 2025.

SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos e Formação de Professores**.
Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia
Gomes de. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Revista
Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 16, 2020. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja>. Acesso em: 06 set. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de
dezembro de 1996.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**. Rio de
Janeiro: IBGE, 2023.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2023.